

JUCESP PROTOCOLO
0.252.419/15-7



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes:

- (a) **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, n.º 939, 9º andar, Ed. Jatobá, Bairro de Tamboré, inscrita no Cadastro Nacional da pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 09.296.295/0001-60, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), sob o nº 35300359534, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");
- (b) **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º Andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46; neste ato representada na forma de seu contrato social, representando a comunhão dos titulares das debêntures da Emissão (conforme definido abaixo) ("Debenturistas" e "Agente Fiduciário", respectivamente, sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte");

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A." ("Escritura de Emissão"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 476"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:



27 03 15

2.2.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão e a Oferta Restrita será devidamente arquivada na JUCESP e publicada (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP"); e (ii) no DCI – Diário do Comércio, Indústria & Serviços ("DCI"), em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento da Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, devendo esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, devidamente registrados, serem enviados, em até 10 (dez) Dias Úteis após os respectivos registros, pela Emissora ao Agente Fiduciário.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP_21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM n.º 476 e observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM n.º 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. **Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única.

3.2. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 20.000 (vinte mil debêntures) Debêntures.



[Handwritten signatures and initials]

2008.04
27 03 10

3.3. Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão, conforme abaixo definido ("Valor Total da Emissão").

3.4. Destinação de Recursos: Parte dos recursos captados por meio da Emissão será destinada para o pagamento do saldo devedor, acrescido da remuneração e eventuais encargos, das notas promissórias comerciais da 4ª (quarta) emissão da Emissora na respectiva data de vencimento, e o remanescente será destinado para o reforço de caixa da Emissora, no curso normal de seus negócios.

3.5. Número da Emissão: Esta Escritura de Emissão representa a 6ª (sexta) Emissão de Debêntures da Emissora.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário: O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza, 100, Torre Itaúsa, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e o escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, CEP 04538-132, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.7. Objeto Social da Emissora: A Emissora tem como seu objeto social (a) a exploração dos serviços de transporte aéreo regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, incluindo transporte de medicamentos, produtos e insumos farmacêuticos e farmoquímicos, de acordo com as concessões outorgadas pelas autoridades competentes; (b) a exploração de atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais; (c) a prestação de serviços de manutenção e reparos de aeronaves, motores, partes e peças, próprias ou de terceiros; (d) a prestação de serviços de hangaragem de aviões; (e) a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissária de bordo e limpeza de aeronaves; (f) o desenvolvimento de atividades de agência de viagens e turismo; (g) o desenvolvimento de outras atividades conexas, incidentais, complementares ou relacionadas às atividades anteriores; (h) a exploração de atividades de franquia e licenciamento; (i) o desenvolvimento de atividade de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de cargas e malas postais; (j) a importação de óleo lubrificante acabado para utilização em aeronaves; (k) ministrar cursos de



Handwritten signatures and initials.

DUPLICATA
27 03 15

Emissão da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A." a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. No âmbito da Oferta Restrita, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), observadas as disposições do artigo 3º, parágrafo primeiro, da Instrução CVM n.º 476 referente aos fundos de investimentos.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita será investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109, da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado, ainda, o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM n.º 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM n.º 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula Quarta, (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor aumentado em nenhuma hipótese.

4.2. Data de Emissão das Debêntures


4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de março de 2015 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

N
Z



27 03 15

4.8.1. O Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado a partir do 4º (quarto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 30 de julho de 2015, e as demais parcelas devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com a tabela abaixo (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures"):

Parcela	Data de Amortização das Debêntures	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
1ª	30 de julho de 2015	4,1666%
2ª	30 de agosto de 2015	4,1666%
3ª	30 de setembro de 2015	4,1666%
4ª	30 de outubro de 2015	4,1666%
5ª	30 de novembro de 2015	4,1666%
6ª	30 de dezembro de 2015	4,1666%
7ª	30 de janeiro de 2016	4,1666%
8ª	29 de fevereiro de 2016	4,1666%
9ª	30 de março de 2016	4,1666%
10ª	30 de abril de 2016	4,1666%
11ª	30 de maio de 2016	4,1666%
12ª	30 de junho de 2016	4,1666%
13ª	30 de julho de 2016	4,1666%
14ª	30 de agosto de 2016	4,1666%
15ª	30 de setembro de 2016	4,1666%
16ª	30 de outubro de 2016	4,1666%
17ª	30 de novembro de 2016	4,1666%
18ª	30 de dezembro de 2016	4,1666%
19ª	30 de janeiro de 2017	4,1666%
20ª	28 de fevereiro de 2017	4,1666%
21ª	30 de março de 2017	4,1666%
22ª	30 de abril de 2017	4,1666%
23ª	30 de maio de 2017	4,1666%
24ª	30 de junho de 2017	Saldo do Valor Nominal Unitário

2008/03/27

4.8.2. Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após cada amortização das Debêntures, conforme previstas na Cláusula 4.8.1 acima.

4.9. Resgate Antecipado Facultativo

4.9.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.13. abaixo, as Debêntures não poderão ser resgatadas de maneira facultativa e antecipadamente pela Emissora.

4.10. Remuneração

4.10.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirá juros remuneratórios correspondentes a 118,00 % (cento e dezoito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI-Over"), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a Data de Subscrição e Integralização (inclusive) ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior ("Remuneração"), segundo os critérios dispostos no caderno de fórmulas da CETIP, disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>). A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = Valor da Remuneração devida, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.



27 03 15

Fator Juros = produtório das Taxas DI-Over, acrescidas exponencialmente de um fator percentual, da Data de Subscrição e Integralização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k = Número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até "n";

n = Número total de Taxas DI-Over consideradas no Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro.

P = 118,00 (cento e dezoito inteiros), correspondente ao percentual aplicado sobre a Taxa DI-Over.

TDI_k = Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

200849
27 03 15

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.10.5. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização de cada série sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.10.6. Se, a qualquer tempo, durante a vigência desta Escritura de Emissão não houver divulgação da Taxa DI-Over, será aplicada a última Taxa DI-Over disponível, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over que seria aplicável, observado ainda o disposto abaixo.

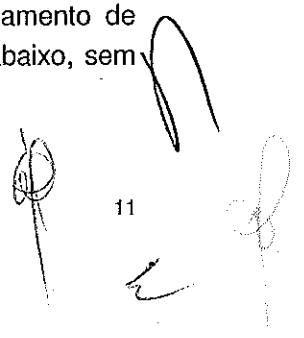
4.10.7. Caso a Taxa DI-Over deixe de ser divulgada por prazo superior a 10 (dez) dias, ou caso seja extinta ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI-Over às Debêntures, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja um parâmetro legal substituto para a Taxa DI-Over, será utilizada então a taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos últimos 30 (trinta) dias, com prazo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias.

4.11. Pagamento da Remuneração

4.11.1. A Remuneração será paga mensalmente a partir do 4º (quarto) mês, inclusive, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2015, quando deverão ser pagos os juros capitalizados desde a Data de Subscrição e Integralização, e o último na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.11.2. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes à Data de Pagamento da Remuneração até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, caso uma Data de Pagamento de Remuneração não seja um Dia Útil, de acordo com o estabelecido no item 4.19. abaixo, sem nenhum acréscimo.

11



27-03-19

pagamentos devidos em razão do resgate antecipado das Debêntures, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate antecipado serão liquidadas em uma única data.

4.13.5. O valor a ser pago aos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data do resgate, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Subscrição e Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora ("Preço de Oferta de Resgate").

4.13.6. O pagamento do Preço de Oferta de Resgate será realizado (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou (ii) mediante procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.13.7. Caso a demanda das Debêntures objeto de Oferta de Resgate Antecipado seja superior à quantidade indicada no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, o resgate antecipado parcial deverá ser realizado, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, conforme aplicável, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.13.8. A Emissora deverá comunicar a realização do resgate antecipado à CETIP por meio de correspondência escrita com o de acordo do Agente Fiduciário no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência contado da realização do resgate antecipado das Debêntures.

4.13.9. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

4.14. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.14.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, desde que aprovado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

13



JUCESP
27 03 18

quando houver, nos termos desta Escritura de Emissão, e posteriormente arquivados na JUCESP.

4.15. Vencimento Antecipado

4.15.1. Observado o disposto nos itens 4.15.3 e 4.15.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição e Integralização ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um evento de "Evento de Vencimento Antecipado"):

- a) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, desde que comprovadamente, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- b) descumprimento pela Emissora de quaisquer de suas obrigações pecuniárias devidas nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme o caso, em especial àquelas referentes ao pagamento do Valor Nominal Unitário, Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos pactuados nesta Escritura de Emissão. Caso o descumprimento descrito neste item esteja relacionado a qualquer problema operacional ocorrido pela Emissora, a ser devidamente comprovado por esta aos Debenturistas, será concedido prazo adicional de até 2 (dois) Dias Úteis, para saná-lo, contados das respectivas datas de vencimento;
- c) descumprimento pela Emissora de quaisquer de suas obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme o caso, (a) não sanado nos prazos de cura específicos previstos nos respectivos instrumentos; (b) caso não haja prazo de cura específico, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida; ou (c) no caso da obrigação de publicar as demonstrações financeiras da Emissora, caso o descumprimento não seja sanado dentro de 90 (noventa) dias corridos da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;



14

- d) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias, no mercado local ou internacional, da Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida. Caso não haja previsão de prazo no seu respectivo instrumento, a Emissora terá até 5 (cinco) dias corridos para saneamento do inadimplemento;
- e) inadimplemento não sanado dentro do prazo de cura aplicável ou declaração de vencimento antecipado das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional, em série única, da 5ª (quinta) emissão da Emissora, emitidas em 19 de setembro de 2014, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação de Distribuição da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.”, datado de 12 de setembro de 2014, conforme aditado de tempos em tempos;
- f) ocorrência de qualquer alteração direta ou indireta no controle acionário da Emissora, nos termos do artigo 116 e 243, § 2º, da das Sociedades por Ações, ressalvada a hipótese prevista no inciso w) abaixo;
- g) sofrer protesto de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira, que não seja sanado no prazo de até 5 (cinco) dias corridos contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;
- h) uma ou mais decisões arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora que, em conjunto ou isoladamente, resulte ou possa resultar, em obrigação de pagamento para a Emissora, de valor unitário ou agregado superior a

The figure consists of a 4x4 grid of 16 small plots. Each plot shows a different spatial arrangement of black dots, representing the locations of a specific species. The species are labeled with numbers 1 through 16. The distribution is as follows:

- Species 1: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 2: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 3: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 4: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 5: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 6: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 7: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 8: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 9: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 10: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 11: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 12: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 13: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 14: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 15: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)
- Species 16: 4 plots (top-left, top-right, bottom-left, bottom-right)

- permanentes
de reais), que

2009
27 03 15

possa ser material e que, comprovadamente, afete a capacidade creditícia e condição de pagamento e ponha em risco a continuidade dos negócios da Emissora e possa afetar adversamente a capacidade econômico-financeira da Emissora de cumprir suas obrigações no âmbito da Emissão, admitidos os casos de alienação de aeronaves, motores, simuladores e/ou outros bens feitos no curso ordinário das atividades da Emissora, desde que os recursos oriundos de tais vendas sejam investidos exclusivamente no cumprimento do objeto social da Emissora. Excetua-se a condição de vencimento antecipado ora regulada se, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar do evento, a Emissora demonstre que não sofreu qualquer abalo à sua capacidade econômico-financeira de cumprir suas obrigações no âmbito da Emissão;

- o) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- p) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão da concessão dos serviços de transporte aéreo que possa impactar significativamente o fluxo de caixa da Emissora e comprometer a capacidade da Emissora de cumprir as obrigações pecuniárias por ela assumidas no âmbito da Emissão e das Debêntures;
- q) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, de maneira que afete a capacidade da Emissora no cumprimento de suas obrigações no âmbito da Emissão;
- r) transformação societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- s) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- t) cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à Emissão;
- u) não constituir de forma válida, plena e exigível, nos prazos e nos termos aqui previstos, a Cessão Fiduciária;



17

[Handwritten signatures and initials]

- v) não cumprimento, pela Emissora, da destinação de recursos da Emissão;
- w) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto (i) se previamente aprovada pelos Debenturistas em assembleia especialmente convocada para este fim, ou (ii) em caso de reestruturação societária envolvendo a Emissora e suas controladas que não implique em mudança do controle indireto da Emissora por seu atual grupo controlador, e desde que a sociedade resultante de tal reestruturação societária assuma expressamente as obrigações decorrentes das Debêntures;
- x) caso a Emissora realize o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, desde que esteja em mora com relação aos pagamentos previstos nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo;
- y) se a Cessão Fiduciária: (i) for objeto de questionamento judicial ou extrajudicial pela Emissora, desde que a Cessão Fiduciária não seja substituída pela Emissora mediante aprovação prévia dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 30 (trinta) dias corridos; ou (ii) não for devidamente constituída; ou (iii) for anulada, nula ou inválida sob qualquer forma; ou (iv) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida;
- z) descumprimento de quaisquer obrigações previstas no Contrato de Cessão Fiduciária, observados os respectivos prazos de cura previstos no instrumento;
- aa) redução de capital social da Emissora, exceto: (i) se houver a anuência prévia de, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim; ou (ii) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; e

27 03 15

bb) não manutenção dos seguintes índices financeiros ("Índices Financeiros") apurados anualmente, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. As apurações serão feitas com base nas informações financeiras consolidadas relativas aos períodos encerrados em 31 de dezembro de cada exercício, conforme a seguir:

(i) **Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Ajustado (ICSD)**: igual ou superior a 1,0x (uma vez), a partir de 31 de dezembro de 2014. Observado que no caso de realização de oferta pública inicial ("IPO") da Emissora o referido índice deverá ser igual ou superior a 1,2x, sendo o referido índice obtido por (A)/(B),

Sendo:

(A) *Geração de Caixa*

(+) EBITDAR

(+) Disponibilidades

(B) *Serviço da Dívida Ajustada*

(+) Amortização de Principal (com exceção de capital de giro)

(+) Pagamento de Juros

(+) Despesas Arrendamento Leasing Operacional

(+/-) Variação de capital de giro

Para os fins do disposto acima entende-se por:

EBITDAR – o EBITDA apurado conforme regras usuais de mercado, acrescido dos custos com leasing operacionais e financeiros de aeronaves, no exercício social imediatamente anterior ao cálculo;

Disponibilidades – os saldos das contas Caixa (exceto "Caixa Restrito"), Bancos e Aplicações Financeiras (exceto "Aplicações Financeiras Vinculadas") registrados em 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior ao cálculo;



2014-12-31
27 00 15

Varição de capital de giro – a variação das dívidas relacionadas ao capital de giro registradas em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao do cálculo, menos dívidas relacionadas ao capital de giro em 31 de dezembro do ano anterior a esse.

(ii) **Alavancagem:** igual ou menor a 6,0x (seis vezes), a partir de 31 de dezembro de 2014, sendo o referido índice obtido por Dívida Líquida Ajustada/EBITDAR. Observado que no caso de realização do IPO da Emissora o referido índice deverá ser igual ou menor a 5,5x.

Para os fins do disposto acima entende-se por:

Dívida Líquida – a Dívida Total contabilizada em 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior ao cálculo menos “Disponibilidades”, conforme definido acima; e

Dívida Líquida Ajustada – a Dívida Líquida acrescida de despesas de leasing operacionais pagas no exercício imediatamente anterior ao cálculo multiplicado por 7 (sete).

4.15.2. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nos incisos b), d), h), i), l), p), q), r), t) e v) acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado (que não sejam aqueles previstos no parágrafo acima), o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo máximo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Nessa hipótese, para que não se verifique o vencimento antecipado das Debêntures, será necessário que Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) ou mais das Debêntures em Circulação, decidam por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quórum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quórum mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, considerar-se-ão vencidas antecipadamente as obrigações decorrentes das Debêntures.



21 03 15

4.15.3. Exclusivamente na ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado descrito no item e) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo máximo de até 3 (três) Dias Úteis contados (i) do recebimento do comunicado sobre o Evento de Vencimento Antecipado pela Emissora ou (ii) do momento em que tomar conhecimento acerca da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado. A Emissora poderá, a seu critério, participar da Assembleia Geral de Debenturistas, apresentando aos Debenturistas fatos e explicações acerca do evento de alteração do controle acionário e de suas consequências para a Emissora. Nesta hipótese, a não decretação de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de manifestação favorável dos Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação (excluindo as Debêntures eventualmente detidas pela Emissora, garantidores, controladores, controlados e demais pessoas vinculadas).

4.15.4. Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos das Debêntures, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados (i) da data da declaração do vencimento antecipado, na hipótese de vencimento antecipado automático das Debêntures, ou (ii) do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário, no caso do vencimento antecipado não automático das Debêntures, podendo os Debenturistas tomarem todas as medidas cabíveis e necessárias à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas, incluindo a excussão da garantia outorgada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

4.15.5. Em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures.

4.16. Multa e Juros Moratórios

4.16.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures que será devida até a data do efetivo pagamento das Debêntures nos termos do item 4.10. acima, ocorrendo impontualidade no

AVC/BRP
27 03 15

pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso.

4.17. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.17.1. Sem prejuízo do disposto no item supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em eventual comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.18. Local de Pagamento

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme seus procedimentos, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Escriturador Mandatário das Debêntures, para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

4.19. Prorrogação dos Prazos

4.19.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação que deva ser realizado por meio da CETIP, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.20. Publicidade



01/08/18
27 03 18

4.20.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no (i) no DOESP; e (ii) no DCI. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

4.21. Imunidade de Debenturistas

4.21.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.22. Garantia Real

4.22.1. Em garantia ao integral e pontual cumprimento das obrigações da Emissora, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição, será constituída, pela Emissora, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Emissora ("Garantia Real"), provenientes de ordens de pagamentos performadas com cartões de crédito da bandeira American Express ("Direitos Creditórios"), que deverão representar, até a liquidação integral do Valor Total da Emissão, no mínimo: (i) 4 (quatro) vezes o valor da parcela de amortização das Debêntures a vencer, acrescida dos juros devidos à respectiva data; ou (ii) 33% (trinta e três por cento) do saldo devedor do Valor Total da Emissão, o que for maior ("Valor Mínimo", "Créditos Cedidos Fiduciariamente" e "Cessão Fiduciária" respectivamente). A Garantia Real será formalizada por meio da celebração do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia, sob Condição Suspensiva e Outras Avenças", entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"), e constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos dos domicílios das partes signatárias do referido contrato.

4.22.2. Sem prejuízo do disposto no item 4.22.1. acima, os recursos provenientes dos Direitos Creditórios depositados na conta corrente de n.º 2.349-3, mantida na agência n.º 3.381/2, do



[Handwritten signatures and initials]

010814
27 03 14

Banco Bradesco S.A. (banco n.º 237) ("Depositário"), de titularidade da Emissora ("Conta Vinculada") serão retidos e a Emissora será obrigada a depositar no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário nesse sentido (i) recursos em montante suficiente para atingir a diferença entre o valor indicado no Valor Mensal (conforme definido abaixo) e o Valor Mínimo do respectivo Mês de Apuração (conforme descrito no Contrato de Cessão Fiduciária), caso o Valor Mensal seja inferior ao Valor Mínimo no respectivo Mês de Apuração; ou (ii) recursos adicionais correspondentes a 20% (vinte por cento) do saldo devedor do Valor Total da Emissão, caso o Valor Mensal seja inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor do Valor Total da Emissão.

4.22.3. Para fins do disposto nesta Cláusula, "Valor Mensal" significa o valor a ser apurado mensalmente pelo Depositário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, que representa a soma (i) do valor referente aos recursos financeiros oriundos das Vendas dos Cartões transitados na Conta Vinculada durante o Mês de Apuração; e (ii) do valor da somatória da Venda dos Cartões indicados na Agenda de Vendas que não foram disponibilizados/liberados/depositados em favor da Emissora.

4.22.4. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, e, após a constituição da Cessão Fiduciária, serão automaticamente convoladas em espécie com garantia real.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e na legislação e regulamentação aplicáveis, a Emissora obriga-se a:

- a) enviar ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo, 3 (três) meses contados do término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia das suas respectivas demonstrações financeiras publicadas e completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (2) relatório contendo a memória de cálculo dos Índices Financeiros, e a indicação das contas abertas de todas as rubricas necessárias para a verificação de tal cálculo, podendo este solicitar esclarecimentos adicionais à Emissora; e (3) declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da Emissora, com poderes para tanto, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta



Handwritten signatures and initials.

2015
27 03 15

Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora;

- b) manter contratados até a Data de Vencimento, às suas expensas, o Banco Mandatário e Liquidante, o Banco Depositário, o Agente Fiduciário, a CETIP e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam materialmente afetar de forma negativa, impossibilitar ou dificultar de forma justificada a sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nas Debêntures;
- d) comunicar imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário qualquer alteração materialmente relevante em sua condição financeira ou societária que, comprovadamente, afete a sua capacidade creditícia e a condição de pagamento da Emissora, colocando em risco a continuidade de seus negócios, de tal maneira que possa afetar a tomada de decisão, por parte dos investidores em adquirir as Debêntures;
- e) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM n.º 476 e no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400");
- f) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM ("Comunicação de Encerramento"), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM n.º 400;
- g) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;

- n) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles discutidos de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial;
- o) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- p) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
- q) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, inclusive nos termos do artigo 17 da Instrução CVM n.º 476:
- (i) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (ii) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor registrado na CVM;
 - (iii) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
 - (iv) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (iii) acima em sua página na Internet;
 - (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;

2008
27 03 15

- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e contratuais necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28") e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) nos termos da Instrução CVM n.º 28, na Data de Emissão, atua como Agente Fiduciário em outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, conforme indicadas a seguir:

Emissão

Quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora

Valor da emissão:

R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)



29

27/09/15

Quantidade de debêntures emitidas:	100.000 (cem mil) debêntures
Espécie:	Quirografária
Prazo de vencimento:	As debêntures vencerão em 19 de setembro de 2019
Garantias:	Cessão fiduciária de direitos creditórios e fiança
Eventos de resgate:	As debêntures não serão objeto de resgate antecipado
Amortização:	As debêntures serão amortizadas em 5 (cinco) parcelas semestrais e sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 19 de setembro de 2017
Conversão:	As debêntures não são conversíveis
Repactuação:	As debêntures não serão objeto de repactuação programada
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações, nos termos do instrumento da quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação

- (j) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas na presente Escritura de Emissão, bem como aos Debenturistas da Oferta Restrita; e
- (k) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.



21000000
27 03 16

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) Parcelas anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 3 (três) dias úteis após a assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas;
- (b) O pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescido dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;
- (c) As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada "*pro rata temporis*";
- (d) Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) a assessoria aos Debenturistas, (ii) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas, (iii) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora, e para (iv) a execução da Garantia ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado;

- (e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido;
- (f) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;
- (g) A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros;
- (h) Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;
- (i) O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito em conta bancária a ser informada por este com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência à data do pagamento;
- (j) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos



- 6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- obrigatórias,
antes de tais

SECRETARIA
DE ECONOMIA
E FINANÇAS

- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;



34

[Handwritten signatures and initials]

27 03 15

- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão; e
 - (ix) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver.
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (I) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CETIP;
 - (iv) na CVM; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;



Handwritten signature and initials.

2008/08
27 03 15

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada a qualquer tempo pela Emissora, por qualquer dos Debenturistas e/ou pela CVM. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, cada uma das Debêntures conferirá ao seu Debenturista o direito a um voto, sendo admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

7.3.1. Para os fins desta Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas, integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (a) à Emissora; (b) se aplicável, a qualquer controladora, controlada ou coligada da Emissora; (c) a qualquer entidade patrocinadora de previdência privada a empregados das entidades indicadas nas alíneas anteriores; ou (d) a qualquer diretor ou conselheiro das pessoas indicadas nas alíneas anteriores. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.4. A presidência das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.4.1. Quaisquer alterações a qualquer disposição desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer instrumento de garantia desta Emissão, inclusive as deliberações que tiverem por objeto a alteração da Remuneração, a alteração da Data de Vencimento, a redução ou perdão de qualquer valor devido nos termos de quaisquer das Debêntures, a renúncia de quaisquer direitos e/ou a liberação ou diminuição de qualquer garantia das Debêntures, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, pela totalidade dos Debenturistas das Debêntures em Circulação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

2008/08/27
27 08 15

7.6. As deliberações dos Debenturistas, exceto pelas matérias que possuam quórum diverso determinado nesta Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora, neste ato, declara que:

- a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e à realização da Emissão e da Oferta Restrita, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária têm poderes societários para assumir, em nome da Emissora, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados de acordo com o estatuto social da Emissora;
- d) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;



40

2013/03/15
15:00:00

- e) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, a assunção e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a realização da Emissão e da Oferta Restrita (a) não infringem o estatuto social da Emissora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de quaisquer gravames além daqueles decorrentes do Contrato de Cessão Fiduciária sobre qualquer ativo da Emissora;
- f) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa causar e/ou vir a causar um efeito material adverso, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora;
- g) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos nesta Escritura de Emissão;
- h) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- i) as informações prestadas e fornecidas pela Emissora aos Debenturistas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- j) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;

2011/01/11
27 03 11

- k) tem todas as autorizações, alvarás e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas válidas;
- l) salvo nos casos em que de boa-fé a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, à Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais comprovados decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- m) está em situação regular perante toda a legislação trabalhista, tributária e ambiental, ressalvados e excetuados todos os casos que a Emissora esteja discutindo ou venha a discutir de boa-fé, administrativamente e/ou judicialmente assuntos de natureza trabalhista, tributária e ambiental;
- n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Emissão, ou para a realização da Oferta Restrita, exceto (i) a inscrição desta Escritura de Emissão e da AGE na JUCESP; (ii) o registro das Debêntures na CETIP, e (iii) o registro do Contrato de Cessão Fiduciária no competente Cartório de Títulos e Documentos;
- o) não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, e menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- p) adotará todas as providências com relação a qualquer processo, procedimento, pendência, investigação, condenação, seja judicial ou administrativa, de natureza

fiscal, trabalhista, ambiental, financeira, ou de qualquer outra natureza, perante qualquer pessoa, entidade ou órgão, público ou privado, ou ente governamental, regulador, administrativo, fiscalizador, na esfera federal, estadual, municipal, distrital, local ou similares, bem como perante juízes ou tribunais arbitrais e de justiça que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado;

- q) envidará esforços para manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições fundamentais de operação e funcionamento; e
- r) não omitiu ou omitirá nenhum ato ou fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa, comprovadamente, resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas.

8.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Oitava.

8.3. Sem prejuízo do disposto no item 8.1. acima, a Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:



11 4134 9968
11 4134 9890

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

Avenida Marcos Pentead de Ulhoa Rodrigues, n.º 939, 9º andar, Ed. Jatobá, Bairro de
Tamboré

Barueri, SP

At.: Raffael Guaritá Quintas Alves

Diretor de Finanças

Tel: (11) 4134-9968

Fac-símile: (11) 4134-9890

E-mail: raffael.quintas@voeazul.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar

CEP 04538-132, Itaim Bibi, São Paulo, SP

At.: Viviane Rodrigues / Tatiana Lima

Tel.: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

E-mail: vrodriques@planner.com.br / tlima@planner.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Endereço Av Brigadeiro Faria Lima, 3500, 3º Andar, CEP 04538-132

At.: Luiz André Negrin Petito

Tel.: (11) 2740-2596

Fax: (11) 2740-2596

E-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários



Handwritten signatures and initials, including a large 'N' and a signature with '44' written below it.

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.5. As comunicações, avisos ou notificações enviadas nas formas previstas nesta Escritura de Emissão serão consideradas plenamente eficazes se entregues a empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes.

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



2015
27 03 15

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.5. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas ou fundadas nesta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 17 de março de 2015.



Handwritten signatures and initials, including a large 'N' and the number '46'.

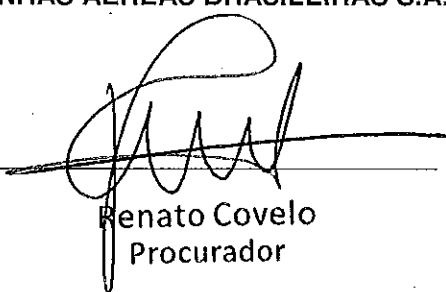
11.000.000
27 03 10

Página 1/2 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.

Nome:

Cargo:

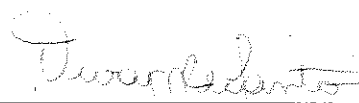

Renato Covelo
Procurador



27 03 15

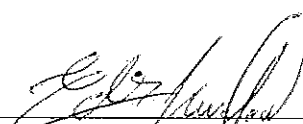
Página 2/2 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

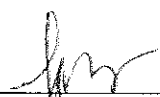
Planner Trustee DTVM Ltda.


Nome: **Viviane Rodrigues**
Cargo: **Diretora**


Nome: **Tatiana Lima**
Cargo: **Procuradora**

TESTEMUNHAS:


Nome: **Eder Lima Leal**
RG: **RG: 44.937.712-X**
CPF/MF: **363991808-80**


Nome: **Julia Almeida Shimizu**
RG: **RG: 34.994.802-1**
CPF/MF: **CPF: 338.165.988-03**

